



## **SISTEMAS ALIMENTARES, SUPERMERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR: uma investigação bibliográfica nas ciências econômicas e sociais**

João Rafael Gomes de Moraes<sup>1</sup>  
Roberto de Sousa Miranda<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo investigar o surgimento, na literatura das ciências econômicas e sociais, do debate relacionado aos sistemas alimentares, supermercados e agricultura familiar. Os resultados da investigação bibliográfica indicam duas principais convergências entre as pesquisas econômicas e sociológicas. Primeiramente, há uma compreensão compartilhada de que a concepção de sistemas alimentares está diretamente relacionada ao conjunto de agentes, recursos, fluxos, insumos, políticas, símbolos e padrões culturais resultantes dos processos de produção, agroindustrialização, distribuição e consumo alimentar. Em segundo lugar, no que diz respeito à relação entre supermercados e agricultura familiar, observa-se uma compreensão de que as políticas de compras das grandes redes supermercadistas tendem a prejudicar a inserção e a permanência dos produtos de origem familiar.

**Palavras-Chave:** Sistemas alimentares; supermercados; agricultura familiar.

### **FOOD SYSTEMS, SUPERMARKETS, AND FAMILY FARMING: A bibliographic investigation in economic and social sciences**

### **Abstract**

This article aims to investigate the emergence, in the literature of economic and social sciences, of the debate related to food systems, supermarkets, and family farming. The results of the literature review indicate two main convergences between economic and sociological research. Firstly, there is a shared understanding that the conception of food systems is directly related to the set of agents, resources, flows, inputs, policies, symbols, and cultural patterns resulting from the processes of production, agroindustrialization, distribution, and food consumption. Secondly, regarding the relationship between supermarkets and family farming, there is an understanding that the purchasing policies of large supermarket chains tend to hinder the insertion and permanence of family-origin products.

**Keywords:** Food system; supermarkets; family farming.

Artigo recebido em: 30/01/2024 Aprovado em: 21/11/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28n2.2024.52>

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB, Brasil. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil. E-mail: joao.rafael@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, PB, Brasil. E-mail: robertosmiranda@ufape.edu.br.

## **1 INTRODUÇÃO**

Na atualidade, o debate público, governamental e acadêmico em relação à alimentação e à segurança alimentar tem se concentrado na concepção de sistemas alimentares. Esses sistemas são compreendidos como o conjunto de atores, operações, fluxos, insumos, políticas, símbolos e padrões culturais que estão envolvidos nos processos de produção, agroindustrialização, comercialização e consumo de alimentos. Por outro lado, as instituições globais e os governos nacionais têm contribuído cada vez mais para a predominância do setor privado na esfera da distribuição dos sistemas alimentares.

Todavia, as políticas de compras das grandes redes supermercadistas, denominadas aqui também como o “grande varejo”, tendem a prejudicar a inserção e a permanência dos produtos de origem familiar. A obstrução comercial imposta aos produtos de origem familiar é um problema abrangente com implicações socioeconômicas, agrícolas e nutricionais. Dada a relevância da concepção de sistemas alimentares, assim como o papel dos supermercados e da agricultura familiar na compreensão dos fenômenos agrícolas e alimentares contemporâneos, este estudo busca examinar a seguinte questão: como surgiu, na literatura das ciências econômicas e sociais, tanto no cenário internacional quanto nacional, o debate relacionado aos sistemas alimentares, cadeias de abastecimento supermercadistas e agricultura familiar?

Para tanto, a primeira seção deste estudo examina o surgimento da abordagem dos sistemas alimentares dentro da economia política agrícola norte-americana e francesa, dando especial ênfase à literatura das ciências econômicas que trata das cadeias de abastecimento supermercadistas e agricultores familiares. Na segunda seção, investigam-se as influências dessa abordagem dentro da literatura da nova sociologia rural, norte-americana e australiana. Na terceira seção, analisa-se como o debate sobre sistemas alimentares, supermercados e agricultura familiar emerge nos estudos de economistas e sociólogos no cenário acadêmico brasileiro. Por fim, apresenta-se a conclusão da pesquisa bibliográfica.

## **2 ECONOMIA POLÍTICA AGRÍCOLA E OS SISTEMAS ALIMENTARES**

As interações comerciais entre agricultores familiares e supermercados têm sido uma agenda de pesquisa consolidada e amplamente compartilhada entre administradores e economistas, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Temas como coordenação horizontal e vertical de cadeias produtivas e de abastecimento, mudanças nos padrões públicos para os padrões privados de qualidade alimentar, bem como as relações comerciais dos pequenos agricultores com o varejo, são

recorrentes dentro dessa literatura. Essas pesquisas são delineadas e desenvolvidas dentro do quadro analítico dos sistemas alimentares.

Relacionar os estudos empíricos sobre os sistemas alimentares com as suas correntes teóricas é um exercício analítico abrangente e complexo. As investigações neste campo tendem a ser desenvolvidas de forma dispersa e compartimentada entre várias escolas econômicas. A pluralidade de bases bibliográficas impossibilita a indicação de paternidades e filiações em uma vasta miríade de estudos desenvolvidos sobre o tema. Sabe-se, por outro lado, que o campo de pesquisa foi inaugurado após a publicação do livro *A Concept of Agribusiness* de Davis e Goldberg em 1957 (Rastoin, 2008; Bencharif; Rastoin, 2007).

O livro acima mencionado foi um marco no âmbito das ciências econômicas, pois rompeu com os modelos analíticos até então vigentes, que segmentavam a agricultura da indústria e da distribuição (Zylbersztajn, 1995). O conceito de *agribusiness* proposto pode ser compreendido como sendo “a soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, e também dos produtos derivados” (Davis; Goldberg, 1957, p. 85).

De modo geral, a noção de *agribusiness* privilegia a esfera da produção, processamento e distribuição alimentar, focando especialmente as entradas e saídas dos fatores que estruturam a economia agroindustrial. Entretanto, os estudos posteriores inspirados nesta corrente teórica-metodológica caracterizam-se, inicialmente, por serem de natureza descritiva, carentes de um arcabouço teórico mais robusto que permitisse a formulação e a testagem de hipóteses a respeito dos diferentes arranjos de coordenação (Zylbersztajn, 1995). Nesta fase, as pesquisas orbitavam em torno das discussões relacionadas ao agronegócio e aos complexos agroindustriais (Bencharif; Rastoin, 2007).

Uma série de lacunas teóricas e metodológicas da obra de Davis e Goldberg (1957), bem como de seus seguidores, levou o economista francês, Louis Malassis, a constituir uma nova disciplina acadêmica, a economia agroalimentar (Rastoin, 2008; Bencharif; Rastoin, 2007). A obra do professor Louis Malassis é uma das mais extensas e frutíferas no âmbito dos estudos socioeconômicos sobre os sistemas alimentares. O contínuo aprimoramento teórico e metodológico possibilitou a construção de uma nova escola econômica, influenciando diversos pesquisadores que vêm, desde então, reformulando e aperfeiçoando os modelos analíticos e interpretativos dos fenômenos relacionados à agricultura e à alimentação.

Em trabalhos seminais, como *Economie Agro-Alimentaire I: Economie de La Consommation et La Production Agro-Alimentaire* (1973) e *Food Systems Analysis* (1983), Malassis refinou o conceito de sistema agroalimentar, e sugeriu que os fenômenos relacionados à agricultura e à

alimentação sejam analisados a partir de dois recortes interligados: o agroalimentar, que se refere à cadeia alimentar como um todo<sup>1</sup>, e o alimentar, que se refere aos produtos e padrões de consumo. Essas esferas são organizadas de acordo com diversos marcos regulatórios públicos e privados, gerando variados tipos de fluxos, como financeiro, energético, calórico, nutricional e tecnológico (Malassis, 1973, 1983).

Essa definição foi sendo revisada e aprimorada ao longo dos anos por Malassis. No livro *Alimentar os Homens* (1994), ele abandona a noção de “sistema agroalimentar” e adota o termo “sistema alimentar”. Ele define o conceito como “o conjunto de atividades coordenadas que permitem ao homem alimentar-se. É, também, a maneira como os homens se organizam, no espaço e no tempo, para obterem e consumirem os alimentos” (Malassis, 1994, p. 7). Deste modo, os sistemas alimentares se caracterizam pelas formas de organização social que assumem, podendo ser artesanais, cooperativos ou capitalistas (Malassis, 1994).

Os sistemas alimentares são examinados em termos de *filiières*, entendidos como uma cadeia ou circuito que pressupõe a existência de três subsistemas interligados: produção agrícola, indústria a montante e indústria a jusante (Marafon, 1998). O modelo analítico fundamenta-se no exame de um produto agrícola ou alimentar (ou um grupo de produtos) e suas respectivas rotas, identificadas por meio do mapeamento das operações e dos agentes ao longo dessas cadeias. Dessa forma, é possível examinar os comportamentos dos atores, os mecanismos regulatórios públicos e privados envolvidos em cada estágio da produção, processamento, distribuição e consumo alimentar (Malassis; Ghersi, 2000).

Uma das principais descobertas de Malassis (1983, 1973) a partir de sua abordagem, é que o sistema alimentar capitalista moderno, ao se tornar hegemônico, gerou um conjunto de mudanças na esfera agrícola, alimentar e rural dos países que foram “integrados” ao novo padrão de produção e consumo. Do ponto de vista agrícola, os ganhos de produtividade, sedimentados na especialização produtiva e uso de insumos químicos e mecanização, reduziram significativamente os custos de produção, excluindo, conseqüentemente, inúmeros pequenos produtores que não conseguiram operar em conformidade com os novos padrões de eficiência.

A tendência do sistema alimentar capitalista moderno é reduzir o valor adicionado pelo setor agrícola aos produtos alimentares, função essa que vem sendo apropriada, gradativamente, pelo setor secundário e terciário da economia. Essas transformações foram acompanhadas pela generalização das normas e dos processos de produção industrial ao longo da cadeia. No âmbito da alimentação, o atual sistema tem contribuído para promoção do padrão de consumo ocidental, baseado na oferta de leite, carne, frutas, legumes, vegetais, açúcar e gordura. Ao mesmo tempo que promove uma “hiper” oferta alimentar, o sistema alimentar capitalista moderno não consegue entregar uma dieta

nutricionalmente satisfatória, tampouco saciar a fome e combater a desnutrição dos mais pobres (Malassis, 1994).

A produção e o consumo massivo de alimentos se baseiam na distribuição em massa, no comércio de autosserviço e na gestão eletrônica dos estoques. O comércio de autosserviço banuiu, parcialmente, a presença do vendedor. As decisões de compras dos consumidores são influenciadas pelas técnicas comerciais, como rotulagem, marca e embalagem (Malassis, 1973). De certo modo, essas transformações tornaram os hipermercados – a versão francesa dos supermercados – em “catedrais da sociedade de consumo em massa” (Malassis, 1996, p. 3).

Na esfera rural, essas transformações diminuíram a renda e o padrão de vida dos agricultores, principalmente dos que não se enquadraram no novo modelo custo-produção. O sistema alimentar capitalista moderno emprega menos trabalhadores rurais na produção agrícola, na medida em que aumenta a participação de trabalhadores não-agrícolas na produção alimentar (Malassis, 1983). O agricultor está “transformando-se pouco a pouco em produtor de matérias-primas alimentares para a indústria, a qual tende a desempenhar, com a grande distribuição, um papel predominante nas cadeias agroindustriais” (Malassis, 2003, p. 204).

No sistema alimentar capitalista moderno, os agricultores familiares vinculados à esfera agrícola defrontam-se com problemas relacionados à capacidade de investimento e de escala de produção, tornando-se concorrentes frágeis diante do poder das empresas localizadas na esfera agroindustrial e comercial. As assimetrias existentes dentro do mercado alimentar demandam que os governos nacionais e organismos multilaterais promovam políticas públicas que garantam um padrão de renda digno através de políticas de preços mínimos para os produtos agrícolas dos pequenos agricultores (Malassis, 1996, 1994).

Na década de 1980, os sistemas alimentares passaram a ser interpretados por meio de ferramentas oriundas da microeconomia neoclássica. A abordagem microeconômica buscava compreender: (I) as imperfeições do mercado; (II) as perdas de bem-estar resultantes das distorções provenientes da concorrência; (III) as relações entre os atores e o impacto das políticas públicas no funcionamento dos mercados. No início da década de 1990, os sistemas alimentares passaram também a ser interpretados pela ótica da Nova Economia Institucional (NEI), com ênfase no papel da coordenação dos atores (Bencharif; Rastoin, 2007).

O enquadramento teórico da NEI parte da compreensão de que os custos transacionais derivam das incertezas envolvidas nas relações contratuais e da racionalidade limitada dos agentes. Portanto, os contratos são analisados em termos de transações, porque envolvem questões relacionadas à frequência, risco e especificidade dos ativos (Zylbersztajn, 1995). Em meados da década 1990, passou-se a analisar os sistemas alimentares através das dinâmicas de prospecção, por

meio da teoria dos sistemas e da análise estratégica. Por fim, a partir dos anos 2000, os sistemas alimentares passaram a ser analisados em termos de cadeias de valor globais, por meio de uma abordagem multidisciplinar, que envolve a economia, a administração e a sociologia (Bencharif; Rastoin, 2007).

Deste então, os supermercados e suas relações comerciais com os agricultores têm sido abordados por um amplo conjunto de pesquisadores das ciências econômicas. Um dos principais expoentes, em âmbito internacional, é o pesquisador norte-americano Thomas Reardon. O economista americano tem se dedicado a examinar o papel dos supermercados e das empresas de processamento alimentar nas mudanças ocorridas nas cadeias de suprimentos e nos sistemas alimentares modernos, investigando os impactos na renda dos agricultores e no emprego rural. No Brasil, o principal representante deste campo de pesquisa é o economista Walter Belik.

Os estudos desses economistas indicam que a inserção dos agricultores familiares pode se dar de maneira mais vantajosa através da cadeia de frutas, legumes e verduras frescas, laticínios, orgânicos e artesanais. Mesmo considerando o caráter excludente das cadeias de abastecimento, avalia-se que, entre as modalidades contratuais empregadas pelas empresas supermercadistas, o “contrato de fornecimento de recursos e/ou serviços” tem se mostrado o modelo de interação comercial mais vantajoso para os agricultores. Nesta modalidade contratual, a empresa contratante fornece aos agricultores um conjunto de produtos e serviços, como insumos, equipamentos especializados, crédito, assistência técnica e até seguros agrícolas (Reardon *et al.*, 2009). Porém, para que isso ocorra de forma sustentável, em termos socioeconômicos, é necessário que os agricultores tenham um ambiente institucional que disponibilize, de forma complementar, infraestrutura e serviços por meio de políticas públicas (Hazell *et al.*, 2010).

As cadeias de abastecimento supermercadistas são propensas a estabelecerem relações comerciais com cooperativas, em vez de com produtores individuais, porque essas instituições possuem uma maior capacidade de oferta de produtos e serviços, com custos transacionais mais baixos em virtude de sua capacidade de coordenação horizontal (Barret *et al.*, 2010). O envolvimento de agentes governamentais e não-governamentais, na oferta de assistência técnica e crédito, é outro elemento estratégico para estimular e viabilizar essa interação (Elder, 2019). Além disto, existem indícios de que as relações comerciais informais firmadas com o varejo de médio e pequeno porte têm sido mais vantajosas do que as relações estabelecidas junto ao grande varejo. Essas circunstâncias são menos recorrentes nas América do Sul e Central, em relação às demais regiões do planeta (Liverpool-Taise *et al.*, 2020).

De modo geral, para que a interação entre agricultores familiares e supermercados seja facilitada, é necessário que, de um lado, as grandes redes de supermercados adotem cada vez mais o

modelo de “contrato de fornecimento de recursos e/ou serviços”. Por outro lado, a implementação de políticas públicas que possibilitem o investimento em processos produtivos e organizacionais dos agricultores, auxiliariam a superar as imperfeições do mercado. Deste modo, a literatura oriunda das ciências econômicas indica que, para tornar as cadeias de abastecimento supermercadistas mais receptivas à produção alimentar de origem familiar, são necessárias mudanças institucionais nas políticas de compras varejistas e nas políticas públicas promovidas pelo Estado, demandando uma maior organização dos agricultores familiares.

### **3 OS SISTEMAS ALIMENTARES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

No âmbito das ciências sociais, não se pode indicar uma única vertente de influência da abordagem dos sistemas alimentares nas agendas de pesquisa. Investigam-se as influências da concepção de sistemas alimentares dentro da nova sociologia rural norte-americana e australiana, que abordam as cadeias supermercadistas e a participação dos pequenos agricultores.

Na sociologia rural norte-americana, nas décadas de 1970 e 1980, o debate em torno dos sistemas alimentares emergiu a partir de outras bases teóricas e metodológicas em estudos formulados no que foi denominado por Newby (1982) como “nova sociologia rural”. Em termos gerais, compreende-se que esse novo campo de pesquisa “ao contrário da sociologia rural, ocupa-se da análise da organização social da agricultura, enfatizando o processo produtivo em vez de os processos sociais derivados” (Tourinho; Cruz, 2019, p. 260).

O campo da nova sociologia rural foi marcado, em um primeiro momento, por investigações que se concentraram em temas relativos às condições de existência e permanência dos pequenos produtores, às políticas públicas implementadas nos diversos países, às crises agrícolas mundiais, bem como às relações trabalhistas promovidas pela agricultura moderna. Em um segundo momento, os estudos abordaram temas relacionados à reorganização das economias capitalistas, ao funcionamento dos mercados de *commodities* agrícolas, à internacionalização do sistema alimentar capitalista moderno, além de questões relativas às classes sociais e ao meio ambiente (Schneider, 1997).

É por intermédio das investigações relacionadas à constituição e funcionamento do sistema alimentar internacional, que, aos poucos, o varejo alimentar e suas relações com os pequenos produtores foram emergindo, diretamente e/ou indiretamente, como objeto de pesquisa. Um dos pioneiros foi o sociólogo William H. Friedland, ao desenvolver o enfoque dos sistemas de *commodities* como ferramenta de análise da globalização das cadeias de abastecimento (Dixon, 1999a; Constance; Heffernan, 1994).

No artigo seminal, “*Commodity Systems Analysis: An Approach to the Sociology of Agriculture*”, Friedland (1984) sugere que os sistemas de *commodities* sejam analisados levando-se em consideração três caminhos metodológicos: a escala da circulação das mercadorias, a organização setorial e o papel do Estado, e a cultura criada em torno das mercadorias. Para tanto, ele realiza a distinção entre pesquisas voltadas ao estudo de *commodities* e as de sistemas de *commodities*. O primeiro tipo de estudo foca em aspectos específicos sobre o sistema de produção de uma mercadoria ou mais. O segundo tipo de pesquisa busca compreender o conjunto de elementos que envolvem o sistema de produção, processamento e comercialização de uma ou mais mercadorias (Friedland, 2001).

Para Friedland (1991), as grandes corporações da indústria alimentar têm assumido, cada vez mais, o papel de regular algumas atribuições básicas das sociedades capitalistas, como as funções de acumulação, legitimação e mediação de conflitos entre as classes sociais. Isso faz com que essas corporações sejam revestidas de poderes típicos de um Estado transnacional. Os desequilíbrios de poder tornam-se mais visíveis ao observar o processo de integração das cadeias de frutas e legumes frescos aos sistemas de abastecimento supermercadistas. As multinacionais dos países desenvolvidos têm sido responsáveis pela difusão de novos métodos de produção e distribuição, que, em muitos casos, terminam por gerar um conjunto de perturbações socioeconômicas aos pequenos agricultores dos países em desenvolvimento.

A unidade de análise da maior parte dos estudos sociológicos sobre os sistemas alimentares varia de acordo com o problema ou questão de pesquisa. Os sistemas de *commodities* são a unidade de análise utilizada principalmente em pesquisas relacionadas aos impactos das cadeias de valor globais, impactos das tecnologias nas comunidades rurais, efeitos nos fluxos migratórios de trabalhadores, relações trabalhistas e políticas públicas em geral. O Estado-Nação é a unidade de análise adotada em estudos que buscam examinar os impactos da regulação sobre as mercadorias e os alimentos. Por fim, as empresas multinacionais têm sido a unidade de análise adotada nas investigações que buscam compreender a reestruturação das zonas rurais e dos sistemas alimentares globais (Constance; Heffernan, 1994).

O debate sobre as cadeias de abastecimento supermercadistas e suas interações comerciais com os pequenos agricultores emergiu dentro do campo da nova sociologia rural em âmbito internacional, de maneira mais robusta e teoricamente articulada, em um conjunto de estudos norte-americanos e australianos formulados dentro do ambiente teórico dos regimes alimentares. A fundação teórica dos regimes alimentares tem início com a publicação do artigo “*Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the presente*”, dos sociólogos norte-americanos Friedmann e McMichael (1989). No trabalho, examina-se o papel da agricultura no



desenvolvimento da economia mundial capitalista e os respectivos períodos de acumulação que propiciaram a formação e o “amadurecimento contínuo do sistema de Estado-nação, estando associado inequivocadamente à transformação da agricultura e seu papel no comércio mundial de alimentos” (Mcmichael, 2016, p. 16).

Dentro do enquadramento teórico dos regimes alimentares, o debate sobre supermercados e pequenos agricultores emerge de forma mais contundente por meio das contribuições de autores australianos, como os sociólogos Geoffrey Lawrence e Jane Dixon, o filósofo David Burch e o geógrafo William Pritchard. Esses pesquisadores publicaram diversos trabalhos em revistas acadêmicas tradicionais na área da sociologia rural, como a norte-americana *Rural Sociology*, a europeia *Sociologia Ruralis* e a inglesa *Journal of Peasant Studies*.

A socióloga Jane Dixon (1999a) propõe que os sistemas alimentares sejam analisados na perspectiva da economia cultural. Sua abordagem é construída por meio do paralelo entre os três circuitos de capital de Marx (mercadológico, produtivo e monetário) e os três circuitos culturais (comercial, social e emocional) dos sistemas alimentares. Tais *insights* contribuíram para o aprimoramento da abordagem dos sistemas de *commodities*, ao sugerir a inclusão de aspectos relacionados ao *design* dos produtos e às políticas regulatórias dentro deste tipo de análise (Friedland, 1984, 2001).

Em outro estudo, Dixon (1999b) se vincula à teoria dos regimes alimentares, ao sugerir a existência de um terceiro regime de acumulação denominado como “reflexivo”. Neste regime, os varejistas são equiparados a produtores culturais, onde a acumulação do capital ocorre por meio da flexibilização dos mercados de trabalho e da produção alimentar especializada por parte das empresas, voltadas para mercados de nicho e diferenciados. Além disto, Dixon (2003) avalia que os espaços privilegiados de poder não estão localizados nos extremos dos sistemas alimentares, mas sim no meio, salientando que as grandes redes supermercadistas são as “novas autoridades alimentares”.

No âmbito da constituição de marcas alimentares próprias por parte do grande varejo, Burch e Lawrence (2005) fornecem *insights* relevantes ao apontarem que o aumento do consumo de alimentos de marca própria ocasionou mudanças ainda mais drásticas na organização e gestão das cadeias de abastecimento. Num primeiro momento, esses produtos eram produzidos por empresas agroindustriais já estabelecidas no mercado, por meio de contratos. Apenas o rótulo da respectiva marca supermercadista contratante era acrescentado aos produtos. Num segundo momento, esses produtos de marcas próprias começaram a ser produzidos por empresas agroindustriais especializadas, criadas exclusivamente para a fabricação deste tipo de produto alimentar.

Na contemporaneidade, são as empresas agroindustriais especializadas que fornecem aos supermercados uma vasta gama de produtos alimentares, desde refeições caseiras até alimentos

frescos. É importante compreender que, nos países desenvolvidos, mais do que nos países em desenvolvimento, “as marcas próprias dos supermercados ultrapassaram a imitação e estão na vanguarda em termos de satisfação das exigências dos consumidores por uma gama de novos produtos alimentares” (Burch; Lawrence, 2005, p. 2). O aumento da influência do grande varejo sobre o setor agroindustrial tem propiciado o surgimento de uma série de “soluções” alimentares customizadas. Essas inovações, ao mesmo tempo, atendem e criam necessidades e preferências no público consumidor.

Do ponto de vista teórico, Burch e Lawrence (2007) também observam a emergência de um terceiro regime alimentar. Para os autores, um dos principais traços do terceiro regime é a entrada de agentes típicos do mercado financeiro na esfera alimentar, tornando-o assim um regime alimentar financeirizado. Investidores individuais, bancos e, principalmente, fundos de investimentos têm alocado recursos para a aquisição de terras agrícolas, empresas de insumos, agroindústrias, empresas de logística e supermercados. Em certa medida, o mercado alimentar passa a incorporar e manifestar os interesses de agentes especulativos do capital financeiro, trazendo ainda mais complexidades e ambivalências às dinâmicas agrícolas e alimentares.

A financeirização do sistema alimentar foi acompanhada pelo aumento da participação do grande varejo no segmento de alimentos de qualidade e de nicho. Esses produtos além de propiciarem ótimas margens de lucro, contribuem para a reconstrução da imagem das cadeias de abastecimento enquanto sustentáveis do ponto de vista socioambiental. As corporações têm investido expressivo capital econômico na constituição de intermediários culturais, com o intuito de influir nos padrões de consumo. O termo “supermercadização” tem sido utilizado para expressar o poder das grandes redes varejistas na coordenação dos processos de produção e consumo, influenciando nos padrões de qualidade e preço dos alimentos (Burch; Dixon; Lawrence, 2012).

Na perspectiva de Lawrence e Dixon (2015), o poder político e econômico do grande varejo tem alterado as relações entre produtores, fornecedores e consumidores. Esse processo tem se dado através de três mecanismos que funcionam articulados entre si: (I) o primeiro mecanismo refere-se à internacionalização das cadeias de frutas e legumes frescos; (II) o segundo ocorre por meio da criação de marcas próprias; e (III) o terceiro mecanismo deriva das políticas de fidelização da clientela.

Por fim, mas não menos importante, é preciso comentar sobre as contribuições do geógrafo William Pritchard (1996). Diferentemente dos autores examinados anteriormente, Pritchard atribuiu especial relevância ao papel da regulamentação pública na continuidade das cooperativas de pequenos produtores lácteos na Austrália, mesmo após a entrada do capital transnacional no sistema alimentar. Ele indicou que as medidas legais adotadas pelo governo propiciaram a formação de um ambiente institucional favorável. Esse ambiente, aliado à capacidade de gestão e adaptação das

cooperativas, resultou na qualificação e permanência dos pequenos produtores em um mercado tão competitivo quanto o de laticínios.

Para Pritchard (1998), há sinais de um terceiro regime alimentar, baseado na coordenação do capital financeiro sobre as cadeias internacionais de *commodities*, em que os supermercados desempenham um papel estratégico e privilegiado. Apesar disso, ele avalia que o grau de influência e inserção das grandes corporações varia em diversos mercados alimentares, o que significa que ainda existem espaços comerciais que podem ser ocupados pelos pequenos agricultores nos sistemas alimentares modernos, tanto a nível nacional quanto internacional.

É possível observar, após examinar parte da literatura da nova sociologia rural, que a existência de ambientes institucionais que privilegiam a produção alimentar nacional organizada por meio de cooperativas, tem propiciado a permanência dos produtos alimentares de pequena escala em sistemas alimentares dominados por corporações transnacionais. Proposições semelhantes foram apresentadas pelos estudos econômicos (Elder, 2019; Hazell *et al.*, 2010) examinados na seção anterior.

#### **4 A CONSTRUÇÃO DO DEBATE NO BRASIL**

No cenário acadêmico brasileiro, também não é simples designar as influências diretas e indiretas da abordagem dos sistemas alimentares nas agendas de pesquisa, dada à diversidade de filiações teóricas e metodológicas. Além disso, diferentes áreas científicas contribuem para a construção de quadros interpretativos sobre o mundo rural e as populações que nele residem e produzem. De forma geral, as pesquisas tendem a analisar a agricultura brasileira como sendo composta por dois grupos sociais, representados pelos conceitos de agronegócio<sup>2</sup> e de agricultura familiar<sup>3</sup>. Essas designações expressam e representam formas distintas de ocupação e uso da terra, bem como da produção e consumo de alimentos.

De início, é relevante destacar que parte significativa dos estudos desenvolvidos sobre o meio rural, entre as décadas de 1950 a 1980, buscaram compreender a agricultura brasileira a partir das transformações e permanências das relações sociais localizadas a montante do sistema alimentar nacional. O debate orbitou, inicialmente, em torno de duas questões: a agrária e a agrícola. Em suma,

A primeira perspectiva poderia ser intitulada de “visão agrária” (ou “agrarista”), pois discutia predominantemente os temas sociais e culturais e enfatizou “o peso da concentração da terra”, desta forma acentuando o poder econômico e político dos grandes proprietários, também discutindo as dramáticas condições vigentes no mundo do trabalho e os conflitos corriqueiros – em síntese, a “questão agrária” lato sensu. Já a segunda linhagem dos estudos, naqueles anos, centrava-se nos aspectos econômicos e financeiros e, portanto, privilegiava os temas da produção e da modernização tecnológica. Poderia ser intitulada

como uma “visão agrícola” das mudanças então em curso no campo. [...] A recente e acelerada expansão do setor agropecuário, contudo, inverteu tal ordem e, atualmente, a “visão agrícola” gradualmente vem suplantando a narrativa agrária. Ao mesmo tempo, a relação intelectual entre as disciplinas das Ciências Sociais tem-se alterado, porque um número crescente de sociólogos e antropólogos vem abandonando esse campo de estudos, abrindo *pari passu* os espaços para a dominância dos economistas abrigados nos modelos *mainstream* (Navarro, 2019, p. 474-475).

Em termos gerais, o primeiro modelo interpretativo mobilizou, de forma mais contundente, os cientistas sociais, assim como os economistas marxistas. Já o segundo modelo interpretativo capturou a atenção, em sua maioria, mas não exclusivamente, dos economistas neoclássicos (Navarro, 2019). Dentro deste último campo de pesquisa, relacionado às transformações da agricultura brasileira, emergiu um conjunto de estudos que buscaram refletir sobre as novas relações setoriais entre agricultura e indústria, por meio da noção de Complexo Agroindustrial (CAI). Surgida no bojo dos conceitos de *agribusiness* e de *filière*, a concepção de CAI orientou a formulação de inúmeras pesquisas (MARAFFON, 1998).

Dentro do campo de estudo, coexistem “duas concepções sobre a formação do Complexo Agroindustrial no Brasil [CAI]. As divergências estão associadas à noção de complexo e às fontes teóricas e analíticas utilizadas para a apreensão das suas características no Brasil” (Marafon, 1998, p. 9). A abordagem “macro” compreende o CAI como um espaço econômico determinado, no qual um conjunto de atividades fortemente interdependentes é isolado, e cada complexo forma um conjunto de sistemas e/ou cadeias produtivas relativamente independentes dos demais complexos. A abordagem “micro” compreende o CAI como resultado de processos históricos, sedimentados desde o período colonial, entrecruzado por diversas intervenções voltadas à modernização da agricultura, que propiciam o surgimento de uma diversidade de modelos de CAIs (Marafon, 1998).

Um dos pioneiros no campo de análise do CAI, por um prisma “macro”, foi o sociólogo Geraldo Müller. Para Müller (1991), o CAI conforma-se em um ramo industrial distinto de outros conjuntos produtivos, proveniente da dependência das cadeias de insumos e produtos agrários, bem como pelas forças do mercado e seu núcleo de poder, que variam conforme a extensão da rede de transmissão dessa autoridade. Por isso mesmo, “a noção de cadeia agroindustrial mostra-se útil ao revelar o espaço em que o poder econômico é exercido. E mais: revela a especificidade técnica e econômica da geração, distribuição e consumo do excedente econômico” (Müller, 1991, p. 42).

Por outro lado, o agrônomo e economista José Graziano da Silva, e a economista Ângela Antônia Kageyama, foram os principais defensores da abordagem “micro” da formação dos CAIs. Esses autores entendem as mudanças na agricultura brasileira como resultado de um processo histórico que tem início na constituição do complexo rural durante o período colonial, que perdurou até 1850, quando começou a decomposição, dando lugar à formação e dominância dos CAIs (Marafon,

1998). A partir desse período, “o novo centro dinâmico da economia – a indústria e a vida urbana – impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão conduzindo ao domínio dos complexos agroindustriais” (Kageyama; Silva, 1998, p. 5).

A noção de CAI – ou de CAIs – influenciou e ainda influencia uma série de estudos que buscam elucidar os aspectos históricos e organizacionais do processo de formação e modernização da indústria alimentar brasileira. Ambos os enquadramentos teóricos deram suporte a uma parte significativa de investigações e interpretações sobre a modernização da agricultura brasileira. Além disso, existem outras correntes teóricas, de natureza econômica e sociológica, que buscam compreender e interpretar os fenômenos relacionados à modernização agrícola e agroindustrial. Uma delas é a noção de Sistema do *Agribusiness* (SAGs), proposta pelo economista Decio Zylbersztajn (1995, 2000).

A abordagem de SAGs foi constituída por meio da releitura do conceito de *agribusiness*, incorporando elementos da NEI, sintetizadas, de modo geral, na ideia de custos transacionais. O foco da análise volta-se aos processos de coordenação dos sistemas agroindústrias. Dessa maneira, é possível investigar a “estrutura das corporações, seja nos aspectos ligados aos contratos, integração vertical e outras formas de governança de sistemas produtivos” (Zylbersztajn, 1995, p. 3). A adoção da noção de SAGs pressupõe que o ambiente institucional reflete, de algum modo, as “condições de troca entre os agentes organizacionais, afetando assim o nível da firma, bem como a coordenação de todo o sistema” (Avelhan; Zylbersztajn, 2012, p. 9).

O papel dos arranjos contratuais e do ambiente institucional sobre os modos de governança das cadeias produtivas é um tema relevante dentro da abordagem do SAGs. Dentro desse ambiente teórico, as cooperativas assumem um “importante papel na coordenação de sistemas agroalimentares em complementação ao Estado” (Zylbersztajn, 1994, p. 1). Por esta razão, a noção de ações coletivas torna-se relevante para compreender os mecanismos de mobilização e cooperação entre os atores nas dinâmicas de constituição e gestão de empreendimentos coletivos. Em síntese, “a partir da lógica das ações coletivas, pode-se discutir o papel das organizações na coordenação de sistemas produtivos” (Zylbersztajn; Machado Filho, 1998, p. 5).

A abordagem dos SAGs fornece alguns elementos relativos à esfera da distribuição alimentar. A literatura tem apontado que as grandes redes supermercadistas vêm implantando, em âmbito global, um conjunto de tecnologias capazes de reconhecer e aferir as reações do público consumidor, de modo cada vez mais rápido. Dentro de um sistema alimentar globalizado, o poder da esfera de distribuição emana de sua função intermediária entre produção e consumo. Por isso, “os supermercados vêm se interessando crescentemente por desenvolver relações contratuais com a

indústria de alimentos, ou de um modo mais geral, com os segmentos de produção que o antecede no sistema” (Zylbersztajn, 1995, p. 188).

O campo de estudos da NEI também influenciou a construção de enquadramentos teóricos por parte dos cientistas sociais. Um dos exemplos é a abordagem proposta pelo sociólogo John Wilkinson (2008). Em sua perspectiva, as dinâmicas agroindustriais podem ser examinadas por meio da fusão de elementos teóricos oriundos da Nova Sociologia Econômica (NSE) e da NEI, assimilando, ao mesmo tempo, contribuições da tradição neo-schumpeteriana e regulacionista. Para Wilkinson (2008), as relações das unidades familiares ao capital agroindustrial, especialmente na região Nordeste, tendem a dissolver a família como unidade de produção. A demanda agroindustrial por escala e produtividade pressiona constantemente a redefinição da escala produtiva dessas famílias, que são muitas vezes incompatíveis com a realidade socioambiental dos estabelecimentos.

As pesquisas que partem das relações a jusante, compreendendo as esferas da distribuição e do consumo, tiveram um grande impulso após a publicação dos livros, “História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)” e “História política do abastecimento (1918-1974)”, em 1979. As obras foram escritas pela historiadora e geógrafa Maria Yedda Leite Linhares, com a colaboração do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva no segundo livro. Os dois estudos abordam os fenômenos relacionados à produção e consumo de alimentos ao longo da história brasileira, dando especial ênfase às problemáticas inerentes à esfera do abastecimento.

Para Linhares (1979a), a produção agrícola brasileira voltada para o consumo interno sempre foi subordinada aos interesses da grande lavoura exportadora de *commodities*. Mais do que isso, “o menosprezo ao mercado interno traduz, de certa forma, a consciência da concentração de renda, a própria alienação do consumo popular como fator de expansão capitalistas nos países dependentes” (Linhares; Silva, 1979b, p. 18). A convergência desses fatores, ao longo da história, tem propiciado a permanência da carestia e da fome, chagas quase endêmicas, resultantes da “incapacidade do Brasil em produzir seus alimentos, somando-se a isto a limitação do povo em adquiri-los” (Linhares; Silva, 1979b, p. 68).

Certamente, a publicação desses livros (Linhares, 1979a; Linhares; Silva, 1979b) contribuiu gradualmente, dentro do cenário acadêmico brasileiro, para o surgimento de outros estudos econômicos e sociais que adotaram a esfera da distribuição alimentar como ponto de partida de suas análises. Aos poucos, foram sendo desveladas as dinâmicas relacionadas à organização e funcionamento dos diversos mercados alimentares, incluindo o supermercadista. Esses estudos proliferaram e ganharam maior relevância com a abertura da economia brasileira, a estabilização da moeda e a desregulação dos mercados, na década de 1990, seguidas pelo processo de constituição do Mercosul, em 1995 (Belik; Santos, 2002).

No âmbito das ciências econômicas, a publicação da tese de livre-docência de Walter Belik (1999) tornou-se um marco nos estudos da NEI que privilegiam a esfera da distribuição dos sistemas alimentares, principalmente no contexto brasileiro. Por isso, logo no início, são apresentados alguns pressupostos da abordagem:

Para entendermos a dinâmica da agricultura nesse final de milênio é importante ir muito além da porteira. E preciso analisar a indústria processadora, ou mais adiante, o atacado, o varejo ou os sistemas de abastecimento de alimentos. Considerando-se que o Estado ainda tem um enorme papel a cumprir em um país com tantas diferenças sociais e com tantas dificuldades típicas do subdesenvolvimento, as novas políticas públicas precisam estar alertas para estas mudanças (Belik, 1999, p. 2).

O deslocamento do foco analítico decorre do fato de que a década de 1990 foi marcada pela multinacionalização e concentração do setor empresarial agroindustrial e supermercadista, o que demandou novos olhares e abordagens sobre as transformações no ambiente agrícola e alimentar. No novo contexto, a logística de produção e distribuição das grandes corporações tornaram-se elementos-chave para a compreensão das estratégias e mudanças no sistema alimentar brasileiro e internacional. A multinacionalização acelerou a adoção de novas tecnologias e capitais, que acabaram por transformar o setor supermercadista. Até meados da década de 1970 no Brasil, a maioria dos produtos “hortifrutigranjeiros continuava sendo vendida em feiras-livres, as carnes eram vendidas em açougues e avícolas, assim como o pão, leite e laticínios eram comercializadas em padarias” (Belik, 1999, p. 95).

A entrada das grandes corporações supermercadistas no mercado alimentar brasileiro impactou significativamente o pequeno varejo e as feiras-livres, devido à forte concorrência, à redução dos preços dos produtos, à mudança no comportamento do consumidor e às dificuldades de acesso aos fornecedores, além da falta de suporte estatal. Os supermercados, com maior poder de negociação, conseguiram oferecer preços mais baixos – por um determinado período –, atraindo assim mais clientes. Além disto, o uso de capitais e tecnologias provocou mudanças nos pontos estratégicos de venda de muitos produtos alimentares, como frutas, legumes, carnes e leite.

É preciso compreender que as inovações organizacionais, implementadas pelos supermercados na esfera da distribuição, reconfiguraram as relações de poder. Para Green e Santos (1993, p. 40) “a posição dominante ocupada pelos supermercados na cadeia alimentar foi ainda mais consolidada, graças à tendência de internacionalização dos mercados”. Desta maneira, a internacionalização das cadeias de abastecimento tornou-se possível em decorrência da posição intermediária dos supermercados dentro dos sistemas alimentares nacionais, configurando-se como um fator facilitador do processo de identificação e negociação dos interesses alimentares de atores e consumidores localizados nas demais esferas do sistema.

A partir deste posto privilegiado, os supermercados obtêm informações e negociam demandas levantadas a jusante, repassando-as aos agentes agroindustriais localizados a montante, contribuindo para a segmentação do mercado alimentar. Como consequência, o grande varejo passou a ser interpretado por meio das normas e padrões de qualidade expressos por suas cadeias de abastecimento. As exigências contratuais de qualidade alimentar e prazos de entrega geram “problemas no ritmo e características do trabalho e do emprego nas regiões produtoras e também na distribuição e consumo” (Cavalcanti, 2004a, p. 18).

Do ponto de vista dos agricultores e fornecedores em geral, o poder do grande varejo torna-se visível através das normas contratuais e padrões de qualidade alimentar exigidos por suas cadeias de abastecimento. Tais exigências têm a capacidade de interferir no desenvolvimento, ou na falência, de uma ampla gama de agricultores e regiões, em especial do hemisfério Sul, mediante a aferição da capacidade – ou não – desses fornecedores e localidades em atenderem aos padrões estipulados (Cavalcanti, 2004b). O poder de atração e fidelização do público consumidor exercido pelo grande varejo advém, em grande medida, das negociações estabelecidas com os fornecedores.

Neste tocante, as redes supermercadistas que atuam no mercado brasileiro não possuem boa reputação. A abertura do espaço comercial ocorre através do atendimento de um amplo leque de obrigações e taxas. Por isso mesmo, tem-se a compreensão de que “fornecer às grandes redes é uma brincadeira no fio da navalha. Quem não incorpora as taxas ao preço acaba quebrando” (Peres; Matioli, 2020, p. 137). Por essa razão, entre aqueles que consideram a agricultura familiar um dos motores estratégicos para o desenvolvimento rural brasileiro, há o consenso de que os mercados locais, as vendas diretas, as compras governamentais e os mercados de nicho são mais favoráveis aos produtos alimentares de origem familiar.

Ademais, a maioria dos agricultores familiares brasileiros enfrenta dificuldades de acesso à terra ou trabalha em minifúndios, sob uma série de restrições climáticas e com técnicas e tecnologias muitas vezes rudimentares. Além disso, os agricultores familiares geralmente não têm acesso a crédito ou a organizações coletivas que possam ajudar a desenvolver suas unidades produtivas. Essa realidade agrária e social tem contribuído para a ausência de uma agenda de pesquisa nas ciências sociais voltada para o exame da inserção de alimentos de origem familiar nas redes supermercadistas.

Entretanto, no contexto do mercado alimentar, esse posicionamento acadêmico não impede nem dificulta o crescente aumento de influência das grandes redes de supermercados sobre a oferta de produtos, causando impactos nos hábitos alimentares do público consumidor brasileiro. Nesse sentido, é imprescindível investigar as dinâmicas sociais inerentes ao varejo alimentar com o objetivo de compreender a organização supermercadista e suas estratégias de dominação dentro do sistema alimentar convencional. Além disso, é preciso examinar as oportunidades e bloqueios para



inserção da agricultura familiar em suas cadeias de abastecimento, de forma a inferir os processos sociais e institucionais subjacentes que contribuem, ou não, para o estabelecimento de relações comerciais com os supermercados.

## **5 CONCLUSÃO**

Neste artigo, investigou-se a abordagem dos sistemas alimentares e o papel dos supermercados e da agricultura familiar em parte da literatura da economia política agrícola norte-americana e francesa. Em seguida, examinou-se a emergência desse debate dentro da agenda de pesquisa das ciências sociais, com especial ênfase na produção proveniente da nova sociologia rural norte-americana e australiana. Por fim, analisaram-se estudos de economistas e sociólogos brasileiros que abordam o tema, com foco na esfera da distribuição alimentar, problematizando o surgimento e as soluções apresentadas.

Os resultados da investigação bibliográfica apontam para duas principais convergências entre a literatura econômica e sociológica. Primeiramente, há uma compreensão compartilhada de que a concepção de sistemas alimentares está diretamente relacionada ao conjunto de agentes, recursos, fluxos, insumos, políticas, símbolos e padrões culturais resultantes dos processos de produção, agroindustrialização, distribuição e consumo alimentar. Em segundo lugar, no que diz respeito à relação entre supermercados e agricultura familiar, há uma compreensão de que as políticas de compras das grandes redes supermercadistas tendem a prejudicar a inserção e a permanência dos produtos de origem familiar.

Assim, torna-se evidente a convergência entre a literatura econômica e sociológica, em âmbito internacional e nacional, acerca do papel das ações coletivas dos agricultores e dos ambientes institucionais como ferramentas estratégicas para superar as barreiras comerciais impostas pelos padrões contratuais estipulados pelas políticas de compras supermercadistas. É de fundamental importância investigar cada vez mais o desenvolvimento e a recepção da literatura relacionada aos sistemas alimentares, supermercados e agricultura familiar, a fim de que possa ser compreendida e aplicada de maneira mais eficaz aos problemas empíricos analisados pelos pesquisadores brasileiros.

## **REFERÊNCIAS**

AVELHAN, B. L.; ZYLBERSZTAJN, D. Análise teórica acerca da efetividade das normas formais ambientais: a ótica da nova economia institucional. *In*: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 15., 2012, São Paulo: **Anais Eletrônicos...** São Paulo: EAD/FEA/USP, 2012.

BARRETT, C. B. *et al.* **Smallholder participation in agricultural value chains**: comparative evidence from three continents. University Library of Munich, Germany, 2010.

BELIK, W.; SANTOS, R. R. Regional market strategies of supermarkets and food processors in extended MERCOSUR. **Development Policy Review**, v. 20, n.4: p. 515-528, 2002.

BELIK, W. **Muito além da porteira**: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agrolimentar no Brasil. 1999. 144 p. Tese (Livre-docência). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BENCHARIF, A.; RASTOIN, J. L. **Concepts et méthodes de l'analyse de filières agroalimentaires**: application par la chaîne globale de valeur au cas des blés en algérie. Unité Mixte de Recherche Moisa, 2007.

BURCH, D.; DIXON, J.; LAWRENCE, G. Introduction to symposium on the changing role of supermarkets in global supply chains: from seedling to supermarket: agri-food supply chains in transition. **Agriculture and Human Values**, v. 30, n. 2, p. 215-224, 2012.

BURCH, D.; LAWRENCE, G. (eds). **Supermarkets and agri-food supply chains**: transformations in the production and consumption of foods. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA, Ed. Edward Elgar, 2007.

BURCH, D.; LAWRENCE, G. Supermarket own brands, supply chains and the transformation of the agri-food system. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2005.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, M. de N. B. (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável**: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. Campinas: Polis/UNICAMP, 2004a. p. 17-32.

CAVALCANTI, J. S. B. New challenges for the players in global agriculture and food. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 12, p. 29-36, 2004b.

CONSTANCE, D.; HEFFERNAN, W. Las empresas transnacionales y la globalización del sistema alimentario. In: BONNANO, A. (coord.). **Globalización del sector agrícola y alimentario**. Madrid: Serie Estudios, 1994. p. 105-144.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A Concept of Agribusiness**. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DIXON, J. Authority, power and value in contemporary industrial food systems. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 11, p. 31-39, 2003.

DIXON, J. Reflexive Accumulation and Global Restructuring: Retailers and Cultural Processes in the Australian Poultry Industry. **Rural Sociology**, v. 64, n. 2, p. 320-333, 1999a.

DIXON, J. A cultural economy model for studying food systems. **Agriculture and Human Values**, v. 16, n. 2, p. 151-160, 1999b.

ELDER, S. D. The impact of supermarket supply chain governance on smallholder farmer cooperatives: the case of Walmart in Nicaragua. **Agriculture and Human Values**, v. 36, n. 2, p. 213-224, 2019.

FRIEDLAND, W. H. Reprise on commodity systems methodology. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 9, p. 82-103, 2001.

FRIEDLAND, W. H. La transnacionalización de la producción agrícola: palinesto del estado transnacional. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 1, p. 59-70, 1991.

FRIEDLAND, W. H. Commodity Systems Analysis: An Approach to the Sociology of Agriculture. In: SCHWARZWELLER, H. K. (ed.). **Research in rural sociology and development: a research annual**. Greenwich, Connecticut: JAI Press, 1984. p. 221-235.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GREEN, R. H.; SANTOS, R. M. R. **Bresil, un systeme agro-alimentaire en transition**. Paris: Editions de Tiheal, 1993.

HAZELL, P. *et al.* The future of small farms: trajectories and policy priorities. **World Development**, v. 38, n. 10, p. 1349-1361, 2010.

KAGEYAMA, A. A.; SILVA, J. G. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, J. G. (orgs). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 1-40.

LAWRENCE, G.; DIXON, J. The political economy of agri-food: Supermarkets. In: BONANNO, A.; BUSCH, L (eds.). **Handbook of the international political economy of agriculture and food**. UK: Edward Elgar Publishing, 2015.

LINHARES, M. Y. L. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri Edições, 1979a.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri Edições, 1979b.

LIVERPOOL-TAISE, L. S. O. *et al.* A scoping review of market links between value chain actors and small-scale producers in developing regions. **Nature Sustainability**, v. 3, n. 10, p. 799-808, 2020.

MALASSIS, L. **A longa marcha dos camponeses franceses**. São Paulo: Via Lettera, 2003.

MALASSIS, L.; GHERSI, G. Sociétés et économie alimentaire. **Économie Rurale**, v. 255, n. 1, p. 54-60, 2000.

MALASSIS, L. Les trois âges de l'alimentaire. **Agroalimentaria**, v. 96, n. 2, p. 3-5, 1996.

MALASSIS, L. **Alimentar os homens**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MALASSIS, L. Food systems analysis. **Working Paper Series**, n. 286. Department of Agricultural Economics. Berkeley, University of California, 1983. 39 p.

- MALASSIS, L. **Economie agro-alimentaire i: economie de la consommation et la production agro-alimentaire**. Paris: Éditions Cujas, 1973.
- MARAFON, G. J. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**, n. 3, 1998.
- McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: EDUNESP, 2016.
- MÜLLER, G. Observações sobre a noção de Complexo Agroindustrial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 1/3, p. 28-47, 1991.
- NAVARRO, Z. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 472-489, 2019.
- NEWBY, H. El desafio de la sociologia rural en la actualidad. **Comércio Exterior México**, v. 32, n. 4, p. 347-356, 1982.
- PERES, J.; MATIOLI, V. **Donos do mercado: como grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade**. São Paulo: Elefante, 2020.
- PRITCHARD, W. N. The emerging contours of the third food regime: evidence from Australian dairy and wheat sectors. **Economic Geography**, v. 74, n. 1, p. 64-74, 1998.
- PRITCHARD, W. N. Shifts in food regimes, regulation, and producer cooperatives: insights from the Australian and US dairy industries. **Environment and Planning A**, v. 28, n. 5, p. 857-875, 1996.
- RASTOIN, J. L. Louis Malassis (1918-2007): Presidente-fundador de la Asociación Internacional de Economía Alimentaria y Agroindustrial (AIEA2). **Agroalimentaria**, v. 13, n. 26, p. 13-16, jun. 2008.
- REARDON, T. et al. Agrifood industry transformation and small farmers in developing countries. **World Development**, v. 37, n. 11, p. 1717-1727, 2009.
- SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.
- SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, 2008.
- TOURINHO, M. M.; CRUZ, L. Sociologia da Agricultura: um novo enfoque para a sociologia rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 24, n. 2, p. 251-266, 2019.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 20, 1996, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu, 1996.
- WILKINSON, J. **O estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- ZYLBERSZTAJN, D.; MACHADO FILHO, C. P. **Ações coletivas: o papel das associações de interesse privado no agribusiness**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. São Paulo: USP, 1995.

ZYLBERSZTAJN, D. **Organização de cooperativas**: desafios e tendências. Revista de Administração, v. 29, n. 3, p. 23-32, 1994.

## Notas

---

<sup>1</sup> Os sistemas agroalimentares podem ser analisados por meio de sete componentes: agricultura, agroindústrias e indústrias alimentícias, distribuição, restaurantes, indústrias e serviços relacionados, comércio exterior agroalimentar e consumo interno (Malassis, 1983; 1973).

<sup>2</sup> O termo agronegócio, uma tradução literal do conceito de agribusiness formulado por Goldberg e Davis (1957), tem sido utilizado no cenário político e acadêmico brasileiro para designar os estabelecimentos agropecuários que utilizam técnicas de produção intensiva em termos de capital, mecanização e insumos químicos em larga escala.. Dessa forma, o uso do termo agronegócio tem a função de delimitar um novo tipo de ocupação e produção no meio rural brasileiro, contrapondo-se, ao mesmo tempo, à lógica de latifundista e à de subsistência familiar (SAUER, 2008).

<sup>3</sup> O conceito de agricultura familiar tem sido utilizado como forma de indicar e valorizar as formas de ocupação e produção de diversos grupos sociais pertencentes ao meio rural brasileiro. De maneira geral, o termo pode ser compreendido como sendo aquela situação “em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Wanderley, 1996, p. 2).